

Cães e Gatos VET FOOD

MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOECIA. PARA QUEM ENTENDE

CIOSULLI
EDITORES

Ano 38
nº 269
Jan/2022



ZOOM

A LEI 14.228/21 PREVÊ MUDANÇAS NO QUE DIZ RESPEITO À ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS. ENTENDA O QUE, DE FATO, MUDA

TOME NOTA

SÍNDROME DA DISFUNÇÃO COGNITIVA EM FELINOS E ALZHEIMER EM HUMANOS: QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS?

FELINOS

AS CAUSAS E OS TRATAMENTOS DA ALOPECIA NESTA ESPÉCIE

AÇÃO!

A **LEISHMANIOSE** É UM PROBLEMA A SER COMBATIDO, MAS HÁ DIVERSOS PROJETOS SENDO DESENVOLVIDOS PARA LIVRAR O PAÍS DESSE MAL. CONHEÇA-OS!

CRIADOR
Osvaldo Ciasulli

DIRETOR EDITOR
Diogo Ciasulli

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Diego Turri



EDITORA CHEFE

Sthefany Lara (MTb. 81.112)
sthefany@ciasullieditores.com.br

REPÓRTER

Catarina Mosquete (MTb. 92480)
catarina@ciasullieditores.com.br

EDITORA WEB

Cláudia Guimarães (MTb. 81.558)
claudia@ciasullieditores.com.br

WEB REPÓRTER

Ana Catarina Veloso
ana@ciasullieditores.com.br

EDITOR DE ARTE

Daniel Guedes (MTb. 33.657)
daniel@ciasullieditores.com.br

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Leite
rafael@ciasullieditores.com.br

EXECUTIVOS DE NEGÓCIOS

Diogo Ciasulli
diogo@ciasullieditores.com.br
Luiz Carlos
luiz@ciasullieditores.com.br

ADMINISTRATIVO

Diego Turri
diego@ciasullieditores.com.br

COORDENADORA DE PUBLICIDADE

Tatiane Amor
tatiane@ciasullieditores.com.br

PLANEJAMENTO, CONTROLE E OPERAÇÕES

Monique Leite
monique@ciasullieditores.com.br

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Ana Purchio, CRVM-SP, Francine Mendes Peres, Henrique Christino Lial, José Luiz Tejon, Katiani Venturini, Letícia Warde Luis, Luciana Domingues de Oliveira, Monique Paludetti Ana Purchio, CRVM-SP, Francine Mendes Peres, Henrique Christino Lial, José Luiz Tejon, Katiani Venturini, Letícia Warde Luis, Luciana Domingues de Oliveira, Monique Paludetti

Administração, Redação e Publicidade
Rua Paulo Antônio do Nascimento, 145,
Edifício Planeta Office - 13º andar - Sorocaba/SP
18047-400 - Fone: 55 (15) 3219-2540
ciasulli@ciasullieditores.com.br
www.caesegatos.com.br

CIRCULAÇÃO DIRIGIDA

A Revista Cães&Gatos (ISSN 0103-278X) é uma publicação brasileira e mensal. Seu conteúdo editorial é focado na profissionalização do mercado pet. Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião dos editores. Não é permitida a reprodução parcial ou total dessa publicação, por qualquer meio, sem prévia autorização da editora, sob as penas de Lei registrada no Regime Especial DRT-1 nº 011391/90. Periodicidade: Mensal



(RE)COMEÇAMOS

2022 chegou! Acho que, para muitos, a espera por esse novo ano foi grande, afinal, o que vivemos nos últimos dois anos não foi fácil para ninguém. Avirada do ano renova em nós a esperança de dias melhores.

Esperamos que a pandemia se encerre e que possamos recomeçar, mesmo que, muitas vezes, mancando. Por aqui, depois de descansados das festas, voltamos para uma das coisas que mais gostamos: a Medicina Veterinária.

Daqui da redação, começamos mostrando o que se tem feito sobre as questões da leishmaniose. Outro debate importante que trazemos é a nova Lei Federal 14228/2021, que proíbe a eliminação de cães e gatos em canis públicos, centro de controle e zoonoses e outros estabelecimentos congêneres. Para nós, começar o ano com temas importantes é uma maneira de demonstrarmos o quanto queremos contribuir para a sua formação.

É ano novo! E nos colocamos à disposição para entregar, em 2022, 12 edições repletas daquilo que você, leitor, mais deseja ler. Por isso, entre em contato conosco, nos envie *e-mails* e mensagens em nossas redes sociais nos contando o que gostaria de encontrar em nossas páginas.

Um forte abraço, boa leitura e feliz 2022!

Sthefany Lara
Editora



16

EM ÂMBITO NACIONAL

O que muda com a lei 14.228/21, no que diz respeito à eliminação de cães e gatos?

| PETBUSINESS

10 > PREVISÕES POSITIVAS PARA 2022

Sindirações anuncia balanço do setor de alimentação animal em 2021

12 > FOMENTO À PESQUISA

Abertas as inscrições para o 8º Prêmio de Pesquisa PremieRpet

13 > DE OLHO NA SENSIBILIDADE

Anallergenic, da Royal Canin, para animais com hipersensibilidade alimentar

| BEM-ESTAR

14 > PARA COMEÇAR BEM O ANO!

Como o Tai Chi Chuan pode auxiliar no bem-estar

| VETERIANÊS

24 > AÇÕES QUE FAZEM A DIFERENÇA

Conheça alguns projetos para controle da leishmaniose visceral no País

32 > "ELES PODEM RESPIRAR MELHOR"

Síndrome obstrutiva das vias aéreas ou síndrome dos braquicefálicos

36 > TRATANDO A QUEDA DE PELOS

Causas da alopecia em gatos e como tratá-las

| IN LOCO

44 > PET SOUTH AMERICA

Evento contou com a presença de 21 mil pessoas no São Paulo Expo

46 > UMA NOVA FORMA DE ENTRETENIMENTO

Vet Show, evento da PremieRpet, foi realizado de forma híbrida

| OUTROS AUTORES

40 > ENTEROPATIAS CRÔNICAS

Quando as diarreias se tornam um problema maior

42 > APLICAÇÃO NA NUTRIÇÃO

Funcionalidade das proteínas da soja no processo de extrusão

48 > OS ALIENÍGENAS ESTÃO CHEGANDO!

Os problemas que surgem quando pets exóticos se tornam espécies invasoras

| PONTO FINAL

50 > DESVENDANDO O CÉREBRO

Existe semelhança entre síndrome da disfunção cognitiva em felinos e Alzheimer em humanos?

| SEÇÕES

- > Editorial **3**
- > On-line/Cartas **6**
- > Cursos e eventos **8**
- > Boletim Paulista **22**
- > Coluna do Tejon **23**





AÇÕES QUE FAZEM A DIFERENÇA

PROJETOS PARA CONTROLE DA LEISHMANIOSE VISCERAL NO PAÍS CONTAM COM PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ÁREAS ENGAJADOS NO COMBATE À ZOONOSE

› CATARINA MOSQUETE, EM CASA
catarina@ciasullieditores.com.br

Leishmaniose visceral é constantemente tema de reportagens por aqui. E não à toa, visto a gravidade da zoonose e o grande número de casos no País. **No Tome Nota** da edição 268, da revista **Cães&Gatos VET FOOD**, falamos sobre o estudo “Impacto da população canina e do ambiente doméstico na manutenção de focos naturais de transmissão de *Leishmania infantum* para humanos e animais hospedeiros em áreas endêmicas para leishmaniose visceral no Estado de São Paulo, Brasil”, que analisou casos na cidade de Bauru, região endêmica.

Agora, exploramos um pouco mais sobre esse trabalho, que faz parte de uma iniciativa do Centro de Parasitologia e Micologia, do Instituto Adolfo Lutz (IAL) de São Paulo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Bauru (SP) e IAL-Bauru, além de outros projetos que contribuem para que a Leishmaniose Visceral Canina (LVC) seja controlada no País.

O artigo já mencionado é resultado de uma primeira fase do projeto “Inovações tecnológicas em saúde para o diagnóstico e controle da leishmaniose visceral no município de Bauru, Estado de São Paulo, Brasil”, (FAPESP 18/25889-4), coordenado pelo professor José Eduardo Tolezano, em que os pesquisadores realizaram um grande inquérito visando capturar a real situação da LV em toda a extensão territorial da cidade em um curto período de tempo, a fim

de identificar as áreas mais críticas à doença.

De acordo com a geógrafa, pós-doutoranda no Centro de Parasitologia, Instituto Adolfo Lutz, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e uma das pesquisadoras do projeto, **Patricia Sayuri Silvestre Matsumoto**, os inquéritos caninos, normalmente realizados pelos serviços de zoonoses dos municípios, refletem as áreas que apresentaram/apresentam casos da doença, seja canina ou humana. “Nosso intuito era

criar um desenho amostral livre de vieses, no qual pudéssemos identificar áreas onde nunca havia sido realizado um inquérito, mas que poderiam ter altas taxas de positividade da doença canina, assim como outras que sempre seguem sendo

amostradas, com altas taxas de prevalência. O inquérito realizado no município apresenta os dados coletados entre novembro de 2019 e março de 2020, totalizando amostras de sangue de 6.578 cães do município de Bauru, coletadas em 3.916 domicílios”, comenta.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Patricia, o estudo traz um olhar para a LV de maneira espacial, demonstrando a associação entre o ambiente doméstico e os hábitos culturais da população brasileira »



referentes à saúde animal. “Discutimos a importância de olhar de forma diferente para algumas áreas do município, principalmente aquelas que possuem um quantitativo elevado de animais e/ou que já tiveram casos de LV e que permanecem nessa situação”, diz.

Ela comenta que o artigo chama atenção das políticas públicas para considerarem a dinâmica populacional de maneira mais enfática. Na literatura e no programa de vigilância e controle da LV, recomendado pelo Ministério da Saúde, a eutanásia segue sendo uma das medidas de controle em áreas endêmicas. “No entanto, tem-se notado uma medida pouco eficaz, como já demonstrado em vários artigos científicos. Nosso estudo traz a necessidade de repensarmos estratégias de controle a partir da população canina. Veterinários, gestores públicos e a população, de maneira geral, podem beneficiar-se desse estudo, pensando na importância que a população canina e o ambiente doméstico têm na transmissão da LV. Mais do que nunca, urge a necessidade de saúde animal e de medidas preventivas e protetivas individuais e coletivas, considerando o ambiente, em um contexto de Saúde Única. Este estudo pode servir de base para municípios brasileiros em condições semelhantes a Bauru, cidades médias, principalmente em países de média e baixa renda, endêmicos para LV”, enfatiza.

De acordo com ela, até o momento, o projeto tem demonstrado a necessidade da realização de exames diagnósticos e o uso de coleira inseticida, seja para controlar ou prevenir que novos casos caninos e/ou humanos ocorram. “Muito ainda é preciso investigar. Nosso projeto publicou os primeiros dados desse estudo. Futuramente, outros resultados (vacina, tratamento, encoleiramento canino com deltametrina 4%, medidas individuais e combinadas) indicarão possíveis caminhos a percorrer frente às necessidades de revisão da política pública de vigilância e controle das leishmanioses em cidades brasileiras. Por ora, podemos afirmar que os animais precisam ser assistidos, monitorados e testados frequentemente”.

Para os segmentos públicos, o grupo recomenda uma vigilância em saúde que considere a população canina de maneira mais enfática na elaboração de políticas públicas. Entretanto, isso não significa que seja necessária a “eutanásia”. “Haverá necessidade da produção, com estudos e pesquisas, de novos conhecimentos esclarecendo, por exemplo, se de fato todo animal infectado representará uma fonte de infecção; enfim, de políticas que revisem as orientações sobre o reservatório

canino, agregando atenção em saúde no contexto da Saúde Única”, pontua a geógrafa.

O médico, mestre em Saúde Coletiva e doutor em Saúde Pública e Epidemiologia pela Harvard School of Public Health, professor de epidemiologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Guilherme Loureiro Werneck, acrescenta que a leishmaniose visceral é um problema gravíssimo de saúde pública no Brasil, causando milhares de casos humanos e caninos anualmente e levando muitos à morte.

“As ações de controle não têm tido sucesso em limitar o espalhamento da doença no País, então, novas estratégias mais racionais e efetivas são necessárias; é aí que entram as coleiras impregnadas com inseticida. Elas tendem a ser bem aceitas pela comunidade, são efetivas para reduzir o impacto da doença na população canina e humana e vão reduzir muito a necessidade de remoção e sacrifício de cães, que, além de ser uma medida que tem sido considerada pouco efetiva, é, também, eticamente questionável e pouco aceita socialmente”, diz.

Segundo ele, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a leishmaniose como uma doença negligenciada, que afeta as parcelas mais pobres e vulneráveis da população, e contribui para a perpetuação do ciclo da pobreza e exclusão social. “É negligenciada porque tem pouca visibilidade social, pouca prioridade nos serviços e programas de saúde e também desperta pouco interesse das grandes empresas farmacêuticas e de equipamentos de saúde para produzirem novos medicamentos, testes diagnósticos e vacinas, porque a margem de lucro é muito pequena, considerando a população afetada. Nestas circunstâncias, políticas públicas de saúde, de saneamento e de redução da pobreza são essenciais para o en-

“Políticas públicas de saúde, de saneamento e de redução da pobreza são essenciais para o enfrentamento desta mazela social que atinge milhares de pessoas todos os anos. O desmantelamento das políticas sociais e de saúde no Brasil e o abandono destas populações vulnerabilizadas deveria indignar todo e qualquer cidadão brasileiro”.

Guilherme Loureiro Werneck

frentamento desta mazela social, que atinge milhares de pessoas todos os anos. O desmantelamento das políticas sociais e de saúde no Brasil e o abandono destas populações vulnerabilizadas deveriam indignar todo e qualquer cidadão brasileiro”, sustenta Werneck.

MÃO NA MASSA

Tolezano aponta que os resultados encontrados pelo seu grupo já estão sendo analisados com os dados da segunda e terceira fase do projeto, sobre o encoleiramento de cães negativos para leishmaniose – em que parte possivelmente será vacinada e parte seguirá apenas com as coleiras – e positivos que serão tratados. “Todos os ensaios estão sendo realizados em condições reais em áreas endêmicas. Esse estudo é um exemplo de como a ciência pode ser integrada às políticas públicas, aos anseios dos veterinários, aos tutores dos animais, às demandas de organizações não governamentais de defesa animal, para citar alguns, promovendo e oferecendo subsídios para a revisão de manuais de prevenção e controle da LV. Além disso, tem o potencial de contribuir com educação em saúde em países de baixa e média renda que sofrem com doenças negligenciadas”, menciona.

E o trabalho do grupo não para por aí: “Realizamos, recentemente, algumas ações no município de Bauru, inaugurando nova fase do projeto. Iniciamos o reencoleiramento dos animais que foram encoleirados há seis meses. Nessa etapa, incluímos a atividade de coleta de dados e aplicação de questionários para avaliar o conhecimento da população sobre LV em áreas endêmicas”.

Para a aplicação dos questionários, segundo ele, foram utilizados *tablets*, com a coleta de dados em tempo real. Para isso, os pesquisadores realizaram um treinamento para os agentes de saúde do Centro de Controle de Zoonoses e colaboradores para atividade em campo (coleta de sangue e coleta de dados). “O treinamento consistiu em aplicar conhecimentos teóricos e práticos sobre epidemiologia das leishmanioses, com enfoque na LVC, coleta de amostras biológicas



“ INCLUÍMOS A ATIVIDADE DE COLETA DE DADOS E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA AVALIAR O **CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE LV EM ÁREAS ENDÊMICAS** E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS QUE AUMENTAM O RISCO DE CASOS DA DOENÇA NUMA ABORDAGEM AMPLA DE SAÚDE ÚNICA ”

JOSÉ EDUARDO TOLEZANO

(em tempos de pandemia) e coleta de dados digitais para cadastramento, monitoramento e educação em saúde. O treinamento teve carga horária de nove horas e foi requisito para trabalhar nessa nova fase do projeto. Foi um sucesso! Houve interação com os agentes e conseguimos construir um ambiente de produção do conhecimento de forma horizontal, em que o conhecimento dos agentes foi determinante e serviu de base para a construção do que havíamos planejado – um exemplo de promoção da saúde”.

Ainda, Patricia e Tolezano destacam a iniciativa da coleta de dados em tempo real: “É algo adaptado e inédito, pois antes nunca havíamos disposto de tal tecnologia para controle da LV. Os cães estão sendo monitorados com registros fotográficos para posterior retorno diante dos ensaios metodológicos propostos”, finalizam.



“ ESTA ESPÉCIE ANIMAL (CÃO DOMÉSTICO) É ALVO DO PROGRAMA DE CONTROLE EM ALGUNS PAÍSES, COMO NO BRASIL. **MAS, AS PESSOAS PRECISAM SE PREOCUPAR COM O CONTROLE DO 'MOSQUITO PALHA'**, FOCAR NA ELIMINAÇÃO DOS SEUS CRIADOUROS, A FIM DE IMPEDIR A PERPETUAÇÃO DO CICLO BIOLÓGICO DA *LEISHMANIA SPP* ”

KATIA DENISE SARAIVA BRESCIANI

O projeto ainda prevê mais três fases posteriores a esta – a troca das coleiras inseticidas, já citada, inaugurou a nova fase –. O grupo tem previsão para término das atividades em campo em maio de 2022, mas muito ainda será trabalhado/analísado posteriormente.

MAIS DE DUAS DÉCADAS DEDICADAS À CAUSA

Guilherme Loureiro Werneck já realizou um trabalho em mais de dez municípios brasileiros de diferentes regiões. “Nesse estudo, nós avaliamos o impacto de um programa de prevenção com coleiras impregnadas com inseticida na ocorrência da leishmaniose visceral humana (LVH) e canina (LVC). O estudo foi realizado durante cerca de dois a três anos nas diferentes localidades, com substituição das coleiras a cada seis meses. Nele, nós comparamos a incidência »

da LVC e da LVH entre áreas com e sem encoleiramento. Os resultados mostraram que as áreas que receberam as coleiras tiveram uma redução de 50% na incidência da LVC e de 25% na LVH, sendo os resultados estatisticamente significativos. Nosso estudo mostrou, também, que o uso de coleiras é custo-efetivo para prevenção da LVC, ou seja, que poderia ser incorporado nas ações de controle do Ministério da Saúde e pelos tutores de cães”, comenta.

Agora, ele coordena outro trabalho, que é, como explica, uma continuação do anterior. “O Ministério da Saúde decidiu, com base em nosso estudo anterior e em outros estudos, incorporar as coleiras como medida de prevenção, nós resolvemos avaliar este processo de implementação. Isso é muito importante, porque a implantação de uma nova ferramenta de controle na prática apresenta muitos desafios, por exemplo, perda de coleiras, diminuição do efeito de longo prazo, falta de adesão da população, reações adversas, entre outros problemas que podem afetar o desempenho do programa de controle”, menciona.

Segundo Werneck, o grupo de pesquisadores acompanhará este processo de implantação em oito municípios brasileiros, avaliando os problemas e buscando soluções para as dificuldades operacionais, de forma que o programa de controle com coleiras seja o mais bem sucedido possível e possa ser amplamente utilizado no País.

Ele aponta que as cidades foram selecionadas com base em vários critérios definidos em comum acordo entre os gestores do Ministério da Saúde e os pesquisadores. “A prioridade são os municípios de transmissão moderada ou alta. Ao mesmo tempo, deve haver um compromisso dos gestores locais de garantirem a infraestrutura adequada para funcionamento do programa de encoleiramento e sua avaliação, incluindo inquéritos de infecção canina e monitoramento de vetores. Assim, nem todos os municípios já estão com o trabalho iniciado, apenas em Montes Claros (MG) é que o estudo já iniciou”, acrescenta Werneck.

De acordo com o médico, a ideia do projeto é identificar os problemas e dificuldades práticas para o funcionamento do programa, incluindo aspectos técnicos (por exemplo, dificuldades de armazenamento das coleiras com segurança, perda de material), operacionais (como perda de coleiras, reações adversas) e populacionais (dúvidas e percepções dos tutores que podem afetar a adesão ao programa). “Assim, poderemos pensar e implementar estratégias de minimização destes problemas para aumentar a efetividade do programa”.



“ PARA QUE O OBJETIVO DO PROJETO SEJA ALCANÇADO, SÃO UTILIZADOS MATERIAIS EDUCATIVOS DE COMUNICAÇÃO (DIGITAIS OU NÃO), PARA QUE A COMUNIDADE LOCAL TENHA ACESSO À INFORMAÇÃO, INTERAÇÃO E PRODUÇÃO COLETIVA DE SABERES ”

TANIA MARA TOMIKO SUTO

Werneck esclarece que não há como responder, exatamente, o total de cães que serão encoleirados, porque isto dependerá da área a ser avaliada em cada município, mas a previsão é de que mais de 100 mil cães sejam beneficiados.

O profissional trabalha com epidemiologia e controle da leishmaniose visceral há quase 25 anos. “Iniciei este trabalho em Teresina, Piauí, em uma parceria com o médico Carlos Henrique Nery Costa, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), depois o grupo foi se ampliando, com muitos outros grandes médicos, médicos-veterinários e pesquisadores do Piauí. Em Teresina, estudamos, não somente o efeito das coleiras na LVH e LVC, mas, também, o uso de inseticidas para controle vetorial e o sacrifício de cães infectados. Chegamos à conclusão de que o sacrifício canino tem efetividade muito limitada para conter a doença. Estudamos, também, o papel de fatores sociais e ambientais na ocorrência da leishmaniose visceral, o desempenho de novos testes diagnósticos e estratégias para identificação do paciente grave. A partir daí, fomos expandindo as colaborações para estudar a leishmaniose em todo o Brasil, porque o problema é imenso



no País e as características da transmissão e de ocorrência da doença variam muito de lugar para lugar, necessitando, então, de abordagens terapêuticas e preventivas que sejam mais apropriadas para cada localidade e região”, aponta Werneck.

ECOLEISH

Para controle da zoonose, em Araçatuba (SP), instituições se uniram para implementar ações: a Faculdade de Medicina Veterinária (FMV), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), o Instituto Adolfo Lutz e a Prefeitura Municipal de Araçatuba.

Uma das desenvolvedoras, a professora associada da Faculdade de Medicina Veterinária (FMV), da Unesp, campus Araçatuba, Katia Denise Sarai-va Bresciani, comenta que os profissionais envolvidos monitoram residências na área urbana de Araçatuba, com realização de coletas mensais de flebotômios com armadilhas luminosas.

“Questionários epidemiológicos sobre a doença têm sido aplicados aos moradores em forma de entrevistas, com o intuito de investigar o grau de conhecimento deles. Os cães dessas residências usaram coleiras impregnadas com piretróides e foram monitorados e examinados por meio de testes sorológicos e moleculares para o diagnóstico da *Leishmania spp.* Assim, em um trabalho conjunto com os agentes da saúde, foi implementado um programa de educação para o controle da leishmaniose visceral em cães e seres humanos destas áreas endêmicas”, afirma.

O grupo também criou um projeto para promover saúde às comunidades atingidas pela leishmaniose visceral, o EcoLeish. A agente Técnica da Sucen – Centro Regional de Araçatuba, interlocutora do Projeto EcoLeish nos municípios de Araçatuba e Andradina e mestrandia em Ciência Animal, Tania Mara Tomiko Suto, explica que o projeto tem o intuito de realizar atividades integradas em uma área de trabalho local, para

que seja possível ampliar e fortalecer a consciência dos cidadãos sobre o diagnóstico, tratamento e manejo ambiental para o controle de vetores e responsabilidade de Bem-Estar Animal.

“Na esfera estadual da Superintendência de Controle de Endemias, o projeto foi idealizado por Lucia de Fatima Henriques, Cristina Sabbo e Osias Rangel, profissionais que atuam no Programa de Vigilância e Controle da LV e, regionalmente, está sendo coordenado, com assessoria aos municípios de Araçatuba e Andradina. Cada município compôs uma rede colaborativa formada por diversos profissionais das instituições parceiras. Para que o objetivo do projeto seja alcançado, são utilizados materiais educativos de comunicação (digitais ou não), para que a comunidade local tenha acesso à informação, interação e produção coletiva de saberes”, comenta Tania.

Segundo ela, no Estado, são 14 municípios contemplados pelo projeto: Araçatuba, Andradina, Biri- »

8º PRÊMIO DE PESQUISA PremierPet®

O Prêmio vai contemplar a melhor revisão bibliográfica, relato de caso ou relato científico sobre **nutrição de cães e gatos**. Podem participar alunos de graduação, pós-graduação em medicina veterinária ou zootecnia e profissionais da área, sob a orientação de um profissional de livre escolha de cada candidato.

CRONOGRAMA

**INSCRIÇÕES
ABERTAS ATÉ**
**06 MARÇO
2022**
23h59 (horário de Brasília)

RESULTADO:
será divulgado no dia
**18 ABRIL
2022** em
www.premierpet.com.br/8premio

PREMIAÇÃO

1º LUGAR

**ACVIM Forum – 23/06/2022 a
25/06/2022** - Austin, Texas,
nos Estados Unidos (inscrição,
passagem aérea, hospedagem
e seguro viagem).

**ENTRE OUTRAS
PREMIAÇÕES**

PARA CONFERIR O
REGULAMENTO
E SE **INSCREVER** ACESSE:

<https://www.premierpet.com.br/8premio>

Premier
NUTRIÇÃO CLÍNICA

www.premierpet.com.br
[f](#) [i](#) [t](#) [v](#) [y](#) [p](#) premierpet
contato@premierpet.com.br

0800 055 66 66
2ª a 6ª | 8h30 às 17h30

gui, Penápolis, Votuporanga, Fernandópolis, Dracena, Junqueirópolis, Presidente Epitácio, Panorama, Bauru, Adamantina, Marília e Tupã.

O projeto está na fase de execução, no município de Araçatuba e Andradina, onde são desenvolvidas ações que são monitoradas e avaliadas por toda a rede colaborativa:

1 Redes sociais (EcoLeish Araçatuba) conectam o grupo com a comunidade, onde é possível transmitir as informações sobre a doença e as ações que estão sendo realizadas no território;

2 Ações de manejo para o controle de vetores e controle do reservatório estão sendo realizadas pelas equipes de campo do Centro de Controle de Zoonoses;

3 Os fomentos das ações educativas por meio das redes sociais estão sendo realizados pelas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e Controle de Vetores;

4 As capacitações técnicas para todos os profissionais da Saúde pelas Instituições: Unesp, Instituto Adolfo Lutz (IAL) e Sucen.

Além disso, residentes de Medicina Veterinária da Unesp atuam na investigação de conhecimento dos profissionais da saúde, para que consigam elaborar estratégias que visam minimizar as dificuldades encontradas, tanto de deficiências de conhecimento, quanto de otimização de ações de campo.

CONTROLE DEPENDE DE TODOS

Katia Denise Saraiva Bresciani menciona que o cão doméstico é um importante reservatório de agente etiológico da enfermidade. “Por este motivo, esta espécie animal é alvo do programa de controle em alguns países, como no Brasil. Mas, as pessoas precisam se preocupar com o controle do ‘mosquito palha’, focar na eliminação dos seus criadouros, a fim de impedir a perpetuação do ciclo biológico da *Leishmania spp.* Particularmente, deve-se atentar para ambientes sombreados ricos em matéria orgânica, como folhas secas, troncos podres e fezes de animais, como em galinheiros, currais, chiqueiros, canis e gatis, por exemplo, locais que possuem condições extremamente favoráveis para a sobrevivência do vetor. Outro ponto essencial é a adoção do controle químico com o uso de repelentes tópicos ou coleiras impregnadas com inseticidas nos cães e gatos”, diz.

De acordo com ela, a população precisa estar ciente que é fundamental se atentar para os hábitos dos vetores da leishmaniose, pois a maioria possui hábitos crepusculares e noturnos. “Assim, existe um risco maior de os cães e gatos serem picados e se infectarem em passeios ao entardecer. Também, devido ao pequeno tamanho destes insetos, é particularmente interessante o uso de telas com orifícios menores que três milímetros de diâmetro nas janelas das residências. Outro detalhe é que os vetores, frequentemente, pousam nas paredes de locais onde os animais dormem e, por isso, é melhor os animais serem mantidos em locais fechados à noite, sempre com uso de repelentes”, ressalta Katia.

Um cão infectado por *Leishmania spp.* e que recebe tratamento com Miltefosina (droga licenciada para esta finalidade na Medicina Veterinária), segundo Katia, pode apresentar-se aparentemente saudável, mas o que importa, realmente, é saber se ele obteve a cura parasitológica. “Para isso, é imprescindível a monitoração deste paciente e a investigação da presença deste protozoário em seu organismo, por meio de técnicas imunológicas e moleculares. E, por fim, o mais importante é o alerta de que o animal em tratamento representa um reservatório da doença e deve ser mantido com coleira repelente impregnada com inseticida para que seja minimizada a transmissão da referida infecção”, finaliza.



Apoios financeiros para desenvolvimento do projeto de Tolezano e bolsa de Patricia: FAPESP 2018/25889-4 e FESI-MA/GAPS 2019/01057.

Apoios financeiros para os projetos de Guilherme Werneck: CNPq 311507/2014-0, CNPq 312850/2019-0, CNPq/MS-Decit 443170/2019-3.



O QUE É A LV E A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A ZOOSE

KATIA menciona que a leishmaniose visceral canina é ocasionada pela *Leishmania infantum* ou *Leishmania chagasi* e, em sua transmissão, está envolvido o vetor flebotômico, também conhecido como “mosquito palha” ou “birigui”. Esta doença parasitária crônica representa um grave problema em termos de Saúde Única, uma vez que pode acometer o homem, assim como animais domésticos e silvestres.

Guilherme Loureiro Werneck cita que o controle da LVC exige uma ação interdisciplinar que considere tanto a saúde humana como a saúde animal e o contexto social e ambiental em que a doença ocorre. “Nesse sentido, é importante que os profissionais de saúde e a população reconheçam a leishmaniose visceral humana e canina como um grave problema de saúde pública e as ações de prevenção que podem reduzir a carga desta doença. Somente com conhecimento e uma conscientização ampla é que conseguiremos, adequadamente, enfrentar o problema”. ■